

POLÍTICAS PÚBLICAS E  
PERCEPÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PELOTENSE:  
Estudo de Caso da Catedral São Francisco De Paula

**LEOTI, Alice Leoti<sup>1</sup>; VIEIRA, Sidney Gonçalves<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Ac. do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural – ICH/UFPEL – [aliceleoti@hotmail.com](mailto:aliceleoti@hotmail.com)

<sup>2</sup>Professor Orientador DGEO/ICH/UFPEL – [sid\\_geo@hotmail.com](mailto:sid_geo@hotmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo ampliar o conhecimento e colaborar para um entendimento relacionado à memória, percepção, interpretação e políticas públicas do patrimônio. O local escolhido para a pesquisa foi a Catedral São Francisco de Paula, na cidade de Pelotas/RS, por estar diretamente ligada ao processo de identidade entre a cidade e sua população, que passa a se perceber como distinta, tendo orgulho de sua cultura, de suas tradições e de seus bens. Valores que são bem representados pela arquitetura e história dos prédios localizados no centro histórico da cidade.

No ano de 1810, Pelotas já contava com “numerosa” população. Esta população era muito religiosa, porém para cumprir seus deveres religiosos, realizar batismos, óbitos e nascimento, tinha que ir até Rio Grande. Assim, para facilitar a realização de tais atividades, a população solicitou ao Rei Dom João VI a construção de uma igreja. Deste modo o povoado poderia ser elevado à categoria de freguesia.

Somente após dois anos é que a população pelotense recebeu a permissão para a construção de uma igreja (permissão dada através de uma Bula Papal), passando a se chamar de Freguesia de São Francisco de Paula. A Freguesia recebeu esse nome e a imagem de São Francisco de Paula foi colocada no altar-mor pelo primeiro pároco, Padre Felício da Costa Pereira. O resplendor, a imagem e o cajado foram doados em 1813 por Antônio Gomes Carvalho (conhecido como “O Colônia”), que estavam em sua propriedade, localizada na atual cidade de Mostardas/RS. A imagem foi produzida na Colônia de Sacramento – atual Uruguai, porém a autoria da obra é desconhecida.

Após a sua conclusão, a capela passou por diversas reformas de melhoramento e ampliação. Em 1826 um raio destruiu quase toda a igreja, que foi reconstruída com o empenho do visconde de Jaguarí, o senhor Domingos da Costa Antieira. No ano de 1934, realizou-se um referendo popular com o intuito de saber se a população pelotense gostaria que uma nova Catedral fosse erguida – uma vez que a velha Matriz se deteriorara ao longo do tempo – ou se reformariam a já existente. A decisão tomada foi a de preservar somente a fachada, sendo demolido todo o resto do templo, para dar lugar a uma nova construção.

A Catedral só veio assumir sua configuração atual entre 1947 e 1948, quando foram construídas a cripta e a grandiosa cúpula. Para completar o trabalho, vieram da Itália os artistas Aldo Locatelli e Emílio Sessa, que se encarregaram da decoração interna do templo, a convite de Dom Antonio Zattera, bispo da Diocese de Pelotas.

Consideram-se patrimônio histórico e cultural os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das

populações e comunidades. São bens culturais de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de tornarem-se atrações turísticas: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas; museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais; manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e celebrações.

Gastal (2002, p.7) afirma que:

as diferentes memórias estão presentes no tecido urbano, transformando espaços em lugares únicos e com forte apelo afetivo para quem neles vive ou para quem os visita. Lugares que não apenas tem memória, mas que para grupos significativos da sociedade transformam-se em verdadeiros lugares de memória.

O turismo histórico-cultural pode fornecer oportunidades para o desenvolvimento de cidades históricas, uma vez que está associado ao patrimônio e pode ser beneficiado já que o espaço turístico é formado principalmente por pessoas, memórias, paisagens e identidades. Esta segmentação do turismo apresenta duas perspectivas importantes, pois ele poder ser um meio para promover a preservação da herança cultural, e, ainda, pode ser entendido como uma ferramenta para proporcionar o desenvolvimento econômico local e até mesmo nacional. (DIAS, 2006)

O turismo cultural, para Segala (2003, p.), pode ser definido como:

(...) motivado pela busca de informações, de novos conhecimentos, de interação com outras pessoas, comunidades e lugares, da curiosidade cultural, dos costumes, da tradição e da identidade cultural. Esta atividade turística tem como fundamento o elo entre o passado e o presente, o contato e a convivência com o legado cultural, com tradições que foram influenciadas pela dinâmica do tempo, mas que permaneceram; com as formas expressivas reveladoras do ser e fazer de cada comunidade. O turismo cultural abre perspectivas para a valorização e revitalização do patrimônio, do revigoramento das tradições, da redescoberta de bens culturais materiais e imateriais, muitas vezes abafadas pela concepção moderna.

O Patrimônio Histórico-Cultural possui um conceito mais complexo, que envolve diversos meandros de cultura de uma sociedade, por se referir aos bens incomensuráveis, que é a memória coletiva construída socialmente e a identidade de um povo. Para Choay (2001, p. 11),

Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiqüidade de seu presente, "patrimônio histórico" tornou-se uma das palavras chaves da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade.

O conceito de patrimônio passou por diversos avanços teóricos e metodológicos, do mesmo modo, uma ampliação do conceito de cultura. Somente na segunda metade da década de 30, que a preservação do patrimônio passou a receber atenção com a criação do SPHAN em 1936, através do decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. O referido decreto-lei regulamenta a proteção dos bens culturais no país. A partir de então é que se iniciam as ações para a institucionalização de uma política pública federal voltada à preservação do patrimônio cultural brasileiro.

A pesquisa será realizada em acervos, tais como: da Diocese de Pelotas, da Biblioteca Pública Pelotense, do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, do Instituto de Ciências Humanas da UFPel, da coleção do jornal Diário Popular disponível na Biblioteca Pública Pelotense e através de entrevistas com moradores da cidade de Pelotas e viajantes.

## 2. MATERIAL E MÉTODOS

O objeto da pesquisa será analisado no período compreendido entre o início da construção da Catedral São Francisco de Paula, em 1813, e os dias atuais. A revisão bibliográfica será realizada através da leitura de livros, teses, dissertações, artigos publicados em periódicos e documentos que abordem a temática em questão para o desenvolvimento do assunto e assim possa nortear e fundamentar a pesquisa.

Em um segundo momento, será realizada uma pesquisa de campo, onde serão entrevistados moradores de diversos bairros de Pelotas e viajantes acerca de como percebem a Catedral São Francisco de Paula. Posteriormente, as entrevistas serão tabeladas. Com os dados coletados juntos às fontes citadas e para melhor condução da pesquisa será realizada catalogação e organização cronológica do material pesquisado objetivando dar maior credibilidade às análises.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Espera-se rememorar o histórico da Catedral e construir um panorama sobre as relações entre a população, a cultura, a memória, o patrimônio e o turismo no transcorrer dos anos de existência do objeto em estudo.

O estudo poderá servir para a elaboração de políticas públicas e para a tomada de decisão dos gestores públicos da área do turismo. Identificará o grau de importância da Catedral na atratividade de visitantes locais, regionais, nacionais e internacionais.

Organizado sob a forma de texto, imagens e tabelas das entrevistas que servirão como referência para estudos de outros patrimônios histórico-culturais e servirá de base para o desenvolvimento da Catedral como atrativo turístico da cidade.

## 4. CONCLUSÕES

Com a realização deste trabalho a população pelotense terá maior poder de acesso à história e conhecerá a relevância cultural da Catedral São Francisco de Paula. Por meio da discussão, das políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural, a pesquisa poderá auxiliar aos gestores públicos na criação de políticas que visem melhorar o centro histórico de Pelotas para o turismo.

Desta forma, pode-se afirmar que para a existência do turismo cultural os moradores devem manter a sua identidade e o desejo de apropriação do patrimônio cultural. O patrimônio cultural não deve ser entendido de maneira estática, mas sim, dinâmica, da mesma forma que é o turismo. Este entendimento coloca-se como vital não apenas para o turismo, mas para a construção de sentido, significado e história da sociedade pelotense.

## 5. BIBLIOGRAFIA

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3 ed., São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006, 228 p.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

- FENELON, Déa Ribeiro. **Políticas culturais e patrimônio histórico.** In: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992, p.29–33.
- GASTAL, S. **Lugar de memória:** por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local. *In:* GASTAL, S. (org). Turismo, investigação e crítica. São Paulo: Conexto, p. 69-81.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
- MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890).** 2<sup>a</sup> Ed. Pelotas: EdUFPel: Co-edição Livraria Mundial, 1993. 312p.
- URRY, John. **O Olhar do Turista: Lazer e Viagens nas Sociedades Contemporâneas.** São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001, 3a. ed.